

Ação em rede acelera inclusão social

Mesa Redonda

Ações compartilhadas são desafios no campo social

Ensaio do Olhar

Metas do Milênio em foco

Tendências e Utopias

Cooperativas resgatam auto-estima e proporcionam geração de renda



*No hábito da leitura,
a prática da cidadania*

*Fundação EDUCAR DPaschoal.
16 anos, 20 milhões de livros
distribuídos e mil motivos
para promover cidadania e
acreditar no ser humano.*

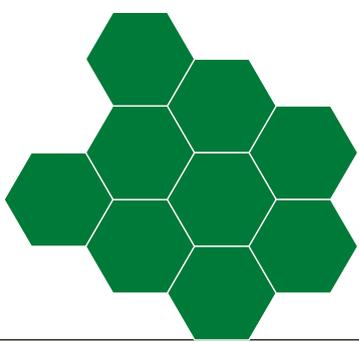


O Iguatemi Campinas está completando 25 anos
e tem orgulho de celebrar também os 25 anos de parceria com a Feac.



*Parabéns, Feac.
Você também
faz parte
dessa história.*

iguatemi | Celebrando
campinas | 25
anos



sumário



Ensaio do Olhar 06
Metas do Milênio em foco



Dossiê FEAC 14
Rede FEAC: parcerias pela inclusão social

Plural – O desafio do cumprimento das Oito Metas do Milênio 8

Tendências e Utopias – Cooperativas resgatam auto-estima e proporcionam geração de renda 20

Mesa Redonda – Ações compartilhadas são desafios no campo social 22

editorial

Tecendo as redes sociais

Com “A Sociedade em Rede”, primeiro de três volumes da série “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”, o sociólogo espanhol Manuel Castells consagrou o termo rede para explicitar a nova face da ação social, como reflexo do avanço das tecnologias da informação. E de fato o conceito de rede se difundiu e caracteriza, no início do século 21, o formato avançado da cidadania ativa, da dimensão global à dimensão local. Formar redes, atuar em rede, reunir recursos sociais em rede – este passou a ser objetivo básico na formulação e implantação das políticas públicas. A internet facilitou a comunicação, a aproximação entre os possíveis elos de uma rede, mas está cada vez mais claro que não basta a ferramenta tecnológica. É essencial buscar princípios comuns, mesmo que os parceiros formadores da rede mantenham sua identidade e valorizem a diversidade.

Neste número a **REVISTA FEAC** propõe uma discussão sobre o conceito e a prática da rede como instrumento estratégico para a inclusão social e a cidadania plena. É o tema do **DOSSIÊ** e da **MESA REDONDA**. Em sua história de 40 anos, a Fundação FEAC sempre procurou, de alguma forma, tecer as redes de solidariedade.

A **REVISTA FEAC** também sugere o debate em torno das Oito Metas do Milênio como possível vetor de unificação de objetivos entre elos de uma eventual rede planetária de cidadania, a partir da dimensão mais básica que é o local. E a seção **TENDÊNCIAS E UTOPIAS** apresenta o tema do cooperativismo como uma das plataformas para a geração de uma cultura solidária, ingrediente nevrálgico para a formação de uma sociedade em rede igualitária, simétrica e inclusiva.

expediente

A Revista FEAC é uma publicação da Fundação FEAC

Conselho Curador - Biênio 2005/2006

Presidente

Darcy Paz de Pádua

Conselheiros

Antônio Leite Carvalhaes, Arthur Paes Leme Canguçu, Augusto F. Barros Pimentel Filho, Benedicto Jorge Farah, Donald Peter Graber, Eduardo Barros Pimentel, Edwards de Oliveira Demarco, Edmir Bertolaccini, Gilberto Prado, Hélio de Oliveira Santos, João Loureiro, José Augusto Marin, José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho,

José Carlos Penteado de Freitas, José Luiz Nadalin, Leôncio Menezes, Luís Norberto Pascoal, Marcos Haaland, Roberto Mário Rodrigues Martins, Romeu Bornelli Filho, Rubens Andrade de Noronha, Rubens Duarte Segurado, Rute Campo Dall'orto Simões, Saulo Monte Serrat e Takuo Hashizume

Presidente da Diretoria Executiva

Edmir Bertolaccini

Presidente do Conselho das Entidades Filiadas

Edmir Bertolaccini

Superintendência Executiva

Martinho José Veiga de Luna Alencar

Arnaldo Rezende

Gestão Departamento de Comunicação/Jornalista Responsável

Vanessa Taufic (Mtb 39.186)

Consultoria em Comunicação

José Pedro Martins (Mtb 17.572)

Marketing

Cláudia Belmont de Faria, Erika Perin e Nadir Braga da Silva

Comitê Editorial

Arnaldo Rezende, Darcy Paz de Pádua, Edmir Bertolaccini, José Pedro Martins, Márcia Beatriz Leal Osório, Maria Bernadete Gonçalves de Souza e Vanessa Taufic

Correspondência

Rua Odila Santos de Souza Camargo, 34,

Jardim Brandina, CEP 13092-540
Campinas, SP

E-mail

vanessa@feac.org.br

jpdro@feac.org.br

Fone (19) 3794.3511/3512

Fax (19) 3794.3535



Capa: Foto Humberto de Castro
Produção: Fábrica de Idéias Editora Ltda.

Prêmio FEAC aborda Metas do Milênio

Vencedores serão distribuídos para mais de 100 países



As duas primeiras Metas do Milênio são o tema da 8ª edição do Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo, referente a 2005. O tema geral ficou definido como “A contribuição da sociedade civil para o cumprimento das duas primeiras Metas de Desenvolvimento do Milênio: acabar com a fome e a miséria e educação básica de qualidade para todos”.

Diante da dimensão do tema em 2005, os trabalhos vencedores nas sete categorias serão encaminhados a mais de 100 países que integram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O objetivo da FEAC com o tema de 2005 do Prêmio FEAC de Jornalismo é justamente promover uma reflexão na imprensa brasileira sobre as Metas do Milênio da ONU, destacando-se os esforços que as diversas comunidades brasileiras – e especificamente na área da Região Metropolitana de Campinas (RMC) – estão empenhando na sua implementação.

As inscrições para o 8º Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo, com patrocínio master da CPFL Energia e apoio da Fundação Educar DPaschoal, vão até 1º de outubro de 2005. Poderão ser inscritas as matérias

que atendam ao tema proposto e que tenham sido publicadas no período de 30 de setembro de 2004 a 1º de outubro de 2005. As inscrições são gratuitas e ilimitadas. A participação no 8º Prêmio FEAC de Jornalismo é aberta para todos os profissionais de comunicação que tenham elaborado matérias com enfoque em iniciativas positivas desenvolvidas numa das 19 cidades que compõem a Região Metropolitana de Campinas (RMC).

A 8ª edição do Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo irá reconhecer os vencedores nas sete categorias disputadas – com exceção do Produto Universitário – com prêmios no valor de R\$3.300,00. As categorias são mídia impressa, fotojornalismo, cinegrafista, rádio, TV e jornalismo on line.

A iniciativa que reconhece desde 1998 a força da imprensa no interior paulista irá agraciar ainda o vencedor do Grande Prêmio Fundação FEAC-CPFL de Jornalismo com prêmio no valor de R\$4mil. A regra dita que concorrerão ao Grande Prêmio todos os vencedores das categorias em disputa. O vencedor do Grande Prêmio FEAC-CPFL de Jornalismo 2005 acumulará duas conquistas de uma só

vez: a premiação na categoria específica e a vitória no Grande Prêmio, destaque maior que aponta para o melhor trabalho do ano, independentemente da categoria em que o mesmo foi inscrito. O vencedor do Grande Prêmio Fundação FEAC-CPFL de Jornalismo 2005 sairá da cerimônia com R\$7.300,00, resultantes da somatória de conquistas na categoria específica e no destaque da noite. ●

Informações (19)3794-3511/3512
www.feac.org.br



Vários olhares com foco



O foco de múltiplos olhares condensados nesta edição do Ensaio do Olhar destaca as ações desenvolvidas pelas entidades que compõem a rede FEAC de filiadas e pela própria instituição na implementação das Oito Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU).

As Oito Metas do Milênio – também conhecidas como Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) – são resultado de ampla reflexão promovida pela ONU, na década de 1990, sobre os rumos do planeta.

Silnei Martins



Meta 1 – Reduzir a

fome e a miséria

O Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA), já distribuiu mais de 30 mil toneladas de alimentos, em benefício de mais de 250 mil pessoas

Carlos Bassan



Meta 4 – Reduzir a mortalidade infantil

Meta 5 – Melhorar a saúde das gestantes

Maternidade de Campinas: reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde das gestantes é tarefa assumida pelo hospital considerado centro de referência regional em UTI Neonatal

Meta 6 – Combater a AIDS, a malária e outras doenças

Imagem premiada na edição 2001 do Prêmio FEAC de Jornalismo: trabalho solidário da Associação Esperança e Vida

Carlos Bassan



Meta 7 – Qualidade de vida e respeito ao Meio Ambiente

Progen: pioneirismo ao dedicar-se ao debate da Agenda 21

nas Metas do Milênio

Humberto de Castro



Meta 2 – Educação de qualidade para todos

Os projetos e programas educacionais próprios da FEAC beneficiam a mais de 40 mil jovens por ano, como estes usuários do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia

Humberto de Castro



Meta 3 – Igualdade entre os sexos e valorização da mulher

O Programa Mulher, Arte e Cidadania: promoção da cidadania de mulheres de baixa renda

Gustavo Magnusson



Meta 8 – Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

FEAC e entidades filiadas têm trabalhado para que uma rede de solidariedade seja tecida

Gustavo Magnusson



O desafio do cumprimento

INICIATIVA PRIVADA

“Integração e compromisso pelo desenvolvimento”

Divulgação



O que fazer para contribuir com um mundo melhor? Em que mundo viverá a próxima geração? Onde este mundo vai para lá? Estas e outras questões acompanham a vida cotidiana de todos os membros da sociedade: do indivíduo em sua esfera familiar, das organizações que têm uma visão de sustentabilidade do seu negócio e buscam definir sua estratégia, políticas e práticas de gestão nesta direção.

Com uma ótica global e de uma maneira bastante abrangente, as Metas do Milênio vieram, inclusive, para manifestar de forma organizada estes questionamentos e, mais do que isso, envolver todos os atores nos compromissos emergenciais para um futuro promissor: Acabar com a Fome e a Miséria; Educação Básica de Qualidade para Todos; Igualdade entre Sexos e

Valorização da Mulher; Reduzir a Mortalidade Infantil; Melhorar a Saúde das Gestantes; Combater a Aids, a Malária e Outras Doenças; Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente; Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento.

E esta é a grande “receita”: integração e compromisso entre todos os setores da sociedade em busca do desenvolvimento. As organizações da sociedade civil devem ter o papel de interlocução e proatividade junto aos demais atores sociais. Os governos devem exceder a “mesmice” da gestão administrativa investindo em ações inovadoras, especialmente de desenvolvimento local, mas com impacto de longo prazo. E as empresas, por sua vez, devem assumir a parcela que lhes cabe não só para influir no cenário econômico, mas também no cenário social, além de controlar o impacto ambiental da sua atividade produtiva.

O Grupo Pão de Açúcar assumiu, antes mesmo da definição e divulgação das Metas do Milênio, o seu papel no que podemos chamar de “cadeia de desenvolvimento social”. Na empresa, Responsabilidade Social vem sendo trabalhada num contexto de posicionamento estratégico, indo além de uma postura legal ou filantropia. Tanto é que em sua declaração de visão a empresa afirma que “almeja ampliar a liderança no mercado brasileiro de varejo e tornar-se a empresa mais admirada do país por sua rentabilidade, inovação, eficiência, responsabilidade social e contribuição para o desenvolvimento do Brasil”.

Com esta inspiração, criou o seu Comitê de Responsabilidade Social, composto por profissionais das diferentes áreas e

definiu o seu entendimento deste conceito: “Compromisso da empresa com o desenvolvimento social, a partir de práticas dirigidas aos seus diferentes públicos, o que colabora efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável”.

A partir dele, procurou destacar práticas que traduzam o compromisso assumido, que produzam resultados concretos junto a seus públicos de relacionamento e, mais tarde, com a divulgação do Pacto Global da ONU, procurou alinhar as ações já existentes e planejar as próximas, contribuindo para a construção de capital social, promovendo e avançando no atingimento destas Metas até 2015.

A criação do Instituto Pão de Açúcar de Desenvolvimento Humano tem sido uma importante prática deste compromisso. O projeto desenhado é resultado de uma reflexão consciente, uma atitude de olhar para dentro da empresa, sua cultura e descobrir como a vocação do negócio poderia orientar o foco do seu investimento social. Não se tratava simplesmente de criar um pacote de programas sociais, mas, sim, de definir as bases que iriam nortear as ações do Instituto.

Na base deste modo de agir está uma cultura construída, aperfeiçoada e solidificada após décadas de atuação do Grupo. Essa cultura é marcada principalmente pelas atitudes de:

- iniciativa e determinação: o poder fazer
- aprendizagem e competência: poder fazer o melhor, agregando o novo
- valorização do trabalho e cultivo da paixão pelo que faz

das Oito Metas do Milênio

- aproveitamento e desenvolvimento de tecnologia
- respeito pelo ser humano e investimento permanente no seu desenvolvimento.

Elas foram decisivas para o Instituto Pão de Açúcar definir, há quase 7 anos, seu foco de atuação em desenvolvimento humano e educação. E hoje, este foco tem uma outra forma de validação: a Meta “Educação Básica de Qualidade para Todos”.

Os jovens são muitas vezes os mais atingidos pela desigualdade proporcionada pelo sistema capitalista, que propaga um mundo de progresso e riqueza por um lado, mas por outro, de concentração de renda e restrição de oportunidades. É preciso criar espaços e mecanismos para que eles tenham acesso à educação integral, desenvolvam uma postura crítica e proativa para a solução de problemas que os envolvem mesmo que indiretamente. No Instituto eles têm esse espaço!

Através do investimento crescente no seu Instituto, o Grupo Pão de Açúcar reafirma diariamente sua convicção que todo ser humano nasce com um potencial e tem direito de desenvolvê-lo, necessitando apenas de oportunidades adequadas para que isso seja possível. Ao longo dos seus seis anos de existência, o Instituto Pão de Açúcar implantou programas de educação não formal, mas em concordância com os referenciais de educação adotados no ensino fundamental e médio.

Com estas e outras ações de responsabilidade social atreladas às práticas do negócio, o Grupo Pão de Açúcar acredita estar trabalhando firme para a propagação e cumprimento do Pacto Global da ONU, por sua proposta séria,

voltada aos interesses e aspirações de povos com culturas, religiões, níveis de desenvolvimento social e econômico, sistemas políticos e condições ambientais dos mais variados.

Seria ingênuo pensar num mundo mais pacífico, próspero e justo se aos objetivos do Milênio não se somar um trabalho em

conjunto dos diferentes setores, o que não é uma “receita” simples de ser articulada, mas que se torna vital quando o assunto é transformação da realidade mundial. ●

Rosângela Bacima Quilici
Diretora Executiva do Instituto Pão de Açúcar de Desenvolvimento Humano



Mercados EPTV.
Audiência que gera resultados.

Para sua marca, a liderança absoluta de audiência entre as 55 milhões de telespectadoras potências. Para o seu produto, 4 mercados. Carreiras: Pão de Açúcar, São Carlos e Dulce de Leite, com um potencial de consumo de 44% superior à média nacional. **Amazônia vende.**



O desafio do cumprimento

PODER PÚBLICO

“Educar para romper a barreira da desigualdade”



Executar uma política de educação pública em Campinas é um desafio que exige esforços do governo e da sociedade civil organizada da nossa cidade. A Rede Municipal de Educação de Campinas tem cerca de 77 mil alunos: são crianças, jovens e adultos também, atendidos diariamente em unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação, da Fundação Municipal de Educação Comunitária – FUMEC – e em entidades civis de caráter filantrópico com as quais a Prefeitura mantém parcerias.

Educar bem é um imperativo se pretendemos, nos próximos 30 anos, romper as barreiras do subdesenvolvimento e estabelecer alguma justiça social no nosso País. Não poderemos na educação fundamental, que vai de 7 a 14 anos de idade, conviver com taxas escolares de evasão e repetição superiores a 6% ao ano. Hoje, Campinas está próximo de 15%, estando abaixo da média nacional que beira 20%.

No mundo moderno, globalizado e competitivo, a Educação é a base e a garantia do desenvolvimento futuro; para assegurá-lo, com seriedade e competência, teremos que aumentar substancialmente os esforços e os investimentos em ensino público de qualidade, de forma a permitir a todos educandos acesso à Escola, garantia de

permanência e que, também, ofereça condições adequadas de trabalho e formação continuada a seus educadores. Hoje, em Campinas, há vagas escolares para todas crianças acima de 7 anos, mas, embora logrando atender o direito à educação, ficamos com uma dívida importante na questão da qualidade. Ampliamos a rede de atendimento, garantimos o transporte de alunos da

“No mundo moderno, globalizado e competitivo, a Educação é a base e a garantia do desenvolvimento futuro”

zona rural até a escola mais próxima, mas temos falhas no processo de educar bem e garantir a continuidade nos estudos.

Quando se fala na educação infantil, que vai de 0 a 6 anos de idade, as dificuldades são ainda maiores. Até 1996, o cuidar da criança nessa faixa etária era atribuição da Assistência Social, mas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação este papel de cuidar e também educar passou a ser da Educação, sem que para isso se pensasse de forma conseqüente no

financiamento necessário. Hoje, as escolas e creches municipais atendem a cerca de 29 mil crianças, mas o Município convive com uma fila de outras 12 mil crianças que esperam por uma vaga na educação infantil. Considerando que Campinas tem 106.000 crianças nesta faixa etária, pode-se imaginar a extensão desta dívida social.

Com recursos escassos e na ausência de uma política nacional bem estruturada, esta questão atinge, hoje, de maneira dramática todos os municípios do Brasil. As limitações são principalmente orçamentárias e legais. Do ponto de vista das finanças, os municípios são obrigados a investir 25% da receita resultante de impostos em educação e, deste montante, 60% devem ser aplicados no ensino fundamental. Os recursos que sobram não cobrem o alto custo da educação infantil. Ainda que possibilidades se abram, com a aprovação de novas formas de financiamento – como o FUNDEB – muito pouco mudará se recursos adicionais do Governo Federal não puderem cobrir as demandas da educação infantil em nosso País. A dificuldade passa também pela capacidade das prefeituras de manter quadros de funcionários dentro do limite de gastos imposto pela Lei de Res-

das Oito Metas do Milênio

Humberto de Castro



ponsabilidade Fiscal. Em outras palavras, não se pode construir novas creches e colocá-las em funcionamento, sem que haja garantias de custeio permanente.

Neste aspecto, a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – FEAC – tem se colocado como grande aliada e como alternativa mais próxima na busca da solução do déficit de vagas na educação infantil. A Prefeitura de Campinas tem hoje parcerias com cerca de 60 entidades filantrópicas, a maioria delas filiadas à FEAC, que garantem

atendimento a 5.355 crianças de 0 a 6 anos e também, na educação especial, atenção e ensino especializado para outras 1.927 crianças e jovens.

Apesar dos esforços desenvolvidos, as ações ainda se mostram insuficientes e soluções rápidas devem ser procuradas, inclusive por razões judiciais. A Prefeitura foi sentenciada, em dezembro de 2004, a criar, até o final de 2005, 11.951 novas vagas na educação infantil, sob pena de ser multada em R\$ 30 mil por dia. O que se propõe é o aprofundamento da aliança entre a FEAC, suas afiliadas e

a Prefeitura, na procura de soluções compartilhadas, de curto e médio prazo, com antigos e novos atores, de forma a ampliar a rede de atendimento da Educação que é um direito da criança e um dever do Estado. ●

Hermano Tavares
Secretário Municipal de
Educação de Campinas

O desafio do cumprimento

PODER PÚBLICO

“Desafios do Milênio: a dimensão sócio-econômica”



Tomas May

contidas em patamares médios diante de suas extraordinárias possibilidades.

Em termos históricos, estamos pensando no direcionamento social do dinamismo econômico propiciado pela introdução e difusão dos gigantescos avanços tecnológicos da atualidade, de forma análoga ao que se passou nas sociedades capitalistas centrais nos “25 anos dourados” do pós II Guerra Mundial, quando as potencialidades da II Revolução Industrial serviram de suporte para as conquistas sociais do Welfare State.

Neste horizonte “utópico”, porém factível, de crescimento econômico acelerado em harmonia com a proteção social (e ambiental), seria possível transformar as causas imediatas dos males que afligem a sociedade contemporânea em fatores de sua regeneração e florescimento.

Em particular, os estupendos ganhos de produtividade e eficiência aliados a uma flexibilidade tecnológica jamais imaginada, tanto na produção como na distribuição e nos serviços produtivos e sociais, podem ser orientados no sentido de libertar a humanidade do desemprego e do trabalho alienado, mal remunerado ou precário, entre outros constrangimentos degradantes.

Desta forma, o Welfare State nas condições da III Revolução Industrial e globalização virtuosa, poderia reconciliar o

dinamismo econômico com o pleno emprego e justa distribuição da renda; jornadas mais curtas e flexíveis, harmonizadas com a vida familiar e o pleno desenvolvimento cultural; e outras tantas conquistas sociais.

Entretanto, se não bastasse o gigantismo deste desafio, existe outro de igual porte: alcançar estas transformações sem antes experimentar horrores equivalentes aos provocados pelas duas guerras mundiais, intercaladas pela pavorosa crise mundial de “1929” que, de certa forma, convenceram os dirigentes e amplas camadas sociais das potências ocidentais da necessidade de distribuir mais equitativamente os frutos do progresso, protegendo os segmentos mais fracos e vulneráveis.

No que diz respeito ao Brasil, nosso desafio imediato é o de nos credenciarmos a participar de um acontecimento civilizatório desta envergadura, caso ele venha de fato a ocorrer. Para tanto, é vital que logremos reconstruir e atualizar as pré-condições que permitiram que nos inseríssemos no ciclo de progresso mundial do pós II Guerra. Inclusive porque, se o cenário mais promissor não se configurar, estaremos mais preparados para proteger nossa economia e nossa sociedade dos horrores da regressão e atrofiação que nos ameaçam desde o início dos anos oitenta.

O desafio crucial colocado à humanidade no início deste milênio tem suas origens no final do milênio anterior. Trata-se, em poucas palavras, de criar as condições para suprimir o caráter socialmente predador que a globalização econômica assumiu ao ser subordinada à férrea lógica dos interesses financeiros internacionais.

Libertando-se o desenvolvimento econômico mundial das amarras financeiras, poderiam ser liberadas todas as potencialidades da III Revolução Industrial, hoje

Waldir Quadros
Secretário Municipal de
Cidadania, Trabalho, Assistência e
Inclusão Social de Campinas

das Oito Metas do Milênio

SOCIEDADE CIVIL

“Cumprimento das Metas do Milênio demanda envolvimento da sociedade”

➤ O desafio no cumprimento das Oito Metas do Milênio é grande e demanda muito envolvimento de toda a sociedade. Mesmo que os governos invistam todos os recursos do programa, o que dificilmente acontecerá, o resultado pode decepcionar.

A única forma que podemos vislumbrar para que algumas dessas conquistas se tornem realidade, é a participação ativa e pró-ativa de toda a sociedade. Líderes sociais, empresários, políticos e cidadãos devem dar-se as mãos para construir uma plataforma de voluntariado capaz de alavancar os recursos do estado em atitudes e projetos que, de fato, transformem a nossa realidade e atinjam as metas propostas pelo nosso Secretário Geral das Nações Unidas.

Por parte dos governos, estamos muito aquém das metas em investimento dos recursos. Por parte da sociedade, estamos somente engatinhando no processo de engajamento dos líderes sociais e empresariais.

Para um avanço concreto e sustentável, precisamos que a maior liderança política do Brasil, o Presidente da República, comande uma grande campanha de envolvimento das lideranças e cumpra a sua parte no acordo, colocando os recursos à disposição dos gestores da ação em cada uma das metas. Complementando, o Presidente, os líderes sociais e empresariais devem focar as metas em suas estratégias, e pelo menos uma delas, a que se refere à educação,

deveria ser o primeiro item da agenda e o orgulho de cada um. As metas são da ONU, mas a responsabilidade é nossa. ●

*Luís Norberto Pascoal
Presidente da Fundação
Educar DPaschoal*



Marcelo Georaminhi



Rede FEAC: parcerias pela inclusão social

Por Vanessa Taufic e José Pedro Martins

Arquivo FEAC

▶ Ao longo de sua história de 41 anos, completados em abril, a Fundação FEAC tem atuado em três linhas principais: (1) Integração da ação social realizada pelas entidades sediadas em Campinas, na linha da aglutinação e otimização de esforços; (2) Apoio técnico e financeiro às entidades filiadas, que somam 110 no início do século 21 e atendem diariamente a mais de 100 mil pessoas de baixa renda; e (3) Vocação para a solidariedade.

A FEAC foi então já idealizada com o propósito básico da rede, ou seja, da união de organizações sociais de origens e identidades diversas, mas com o objetivo comum da promoção social. E faz parte da missão da FEAC, ainda, dar prioridade à criança e ao adolescente – a imensa maioria dos usuários da rede de filiadas corresponde à faixa etária da Infância e Juventude. Em vários outros momentos da trajetória da FEAC foram registrados programas, projetos e iniciativas na linha da rede, como nestes exemplos: ●

Plantio de mudas por representantes de entidades filiadas na inauguração da sede FEAC, no ano de 1976: símbolo de união em nome de futuro melhor

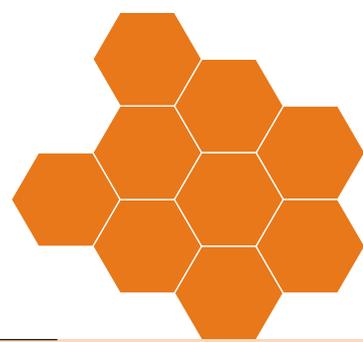


Mendicância: primeira campanha pública

▶ Em maio de 1965 nasceu o primeiro grande projeto social com a participação da FEAC e que foi fundamental para a visibilidade da instituição. Foi a Campanha de Erradicação da Mendicância, um dos desafios indicados em 1964, em enquete pioneira sobre as demandas sociais em Campinas. A Campanha envolveu Juizado de Menores, Sociedade Amiga dos Pobres-Albergue Noturno e

Polícia Feminina, mobilizada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, entre outros setores, formando uma autêntica rede de acolhimento. Os mendigos eram recolhidos no Albergue Noturno e recebiam total assistência social, antes da triagem e encaminhamento às entidades apropriadas. Em paralelo houve campanha para convencer a população a não dar esmolas. As

doações seriam feitas às entidades, que se encarregariam da assistência adequada. Por questões logísticas e outros fatores a Campanha durou poucos meses, mas foi um sucesso na fixação do nome FEAC e reconhecimento dos seus objetivos. A iniciativa motivou a primeira-dama do Estado, Zilda Natel, a criar a Campanha “Um mendigo a menos, um trabalhador a mais”. ●



Campanha contra cegueira

► Uma das primeiras campanhas de voluntariado incentivada pela FEAC no final da década de 1960, em parceria com Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde e orientação técnica do Instituto Penido Burnier, identificou milhares de casos de

incidência de deficiência visual em Campinas. Os casos foram encaminhados aos serviços médicos. Foram feitas mais de 50 mil entrevistas. Teve ativa participação do médico Antonio Augusto de Almeida, oftalmologista do Instituto Penido

Burnier e coordenador das faculdades da Unicamp e que era dirigente da FEAC. Os Clubes de Mães foram fundamentais para difundir nos bairros a “campanha contra a cegueira”, outra importante ação no verdadeiro espírito darede. ●

Programa BID tirou crianças das ruas

► Com o patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi implantado em 1994 um programa sócio-educativo para jovens em situação de risco. Ficou conhecido como Programa BID e foi coordenado pela FEAC, com a participação de oito entidades filiadas, mais Externato São

João e Casa Amarela. Entre 1994 e 1998 foram atendidos 4.483 jovens de famílias de baixa renda, das quais 87% tiveram sua dignidade resgatada, por meio de atividades em suas regiões de origem. Os demais 13% continuaram em situação de risco ou tiveram o paradeiro ignorado. Foi uma das mais importantes

e eficazes iniciativas de prevenção realizadas em Campinas, em benefício de jovens em situação de risco. A parceria entre poder público, uma entidade internacional e várias organizações locais, sob coordenação da FEAC, comprovou a viabilidade e eficácia da rede. ●

Arquivo FEAC





Programa usa cultura para prevenir drogas



O Ame a Vida Sem Drogas é um dos programas próprios desenvolvidos pela FEAC que reafirmam a sua prioridade

para atuação na área educacional. O Programa é realizado desde 1998 entre FEAC, Conselho Municipal de

Entorpecentes (Comen), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (Febract) e Grupo de Empresários Amigos da Criança (GEAC). Baseado em oficinas para alunos de escolas e usuários de entidades, de ginástica geral, dança de salão e arte circense, entre outras. Em 2005 estarão envolvidas 30 escolas e 11 entidades sociais.

“O Ame a Vida, como o nome diz, é totalmente a favor da vida, a partir do fortalecimento da autoestima dos jovens, para que eles tenham melhores condições de enfrentar as situações de risco”, afirma Luiz Carlos Rossini, presidente do Comen. “É a cultura da paz como prevenção a drogas e outros comportamentos de risco”, complementa Rosemari Simalha Scarabotto, coordenadora do Programa pela FEAC.



Apresentação de arte-educação do Ame a Vida

Humberto de Castro

Parceria para instalar UAP



Parceria entre o Juizado da Infância e da Juventude, Prefeitura, Fundação Educar, Polícia Civil, Febem, CMDCA e Fundação FEAC possibilitou a instalação em 1995 da Unidade de Atendimento Provisório para Crianças e

Adolescentes (UAP), solução provisória para abrigar os adolescentes e crianças infratores, enquanto não fosse construída em Campinas uma unidade regional de abrigo, nos moldes do que estabelece o ECA. Depois é que veio o

Internato Jequitibá, da Febem. Antes da UAP, e em desacordo com o ECA, as crianças e adolescentes infratores de Campinas continuavam sendo encaminhadas a celas comuns de Distritos Policiais do município. ●

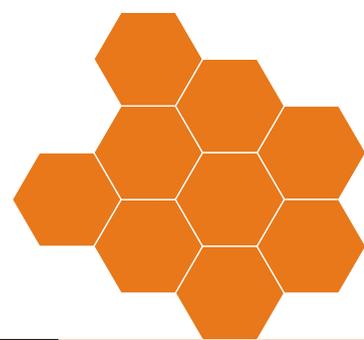
Ações visam segurança alimentar



Projetos e ações com a participação decisiva da Fundação FEAC visam o combate à fome e à desnutrição e, de modo positivo, a construção da segurança alimentar para milhares de moradores de Campinas e região. A FEAC foi uma das parceiras, ao lado da Fundação Educar DPaschoal, Instituto Credicard, Prefeitura Municipal de Campinas, Ceasa e Associação dos Permissionários

da Ceasa-Campinas (Assoceasa) na criação do Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA). Foi mais uma ação típica de rede, que continua beneficiando milhares de pessoas. A fundação oficial do ISA aconteceu a 25 de agosto de 1994. A inauguração do projeto foi a 27 de outubro de 1995, com a presença da presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária, Ruth

Cardoso, e da presidente do Fundo Social de Solidariedade de São Paulo, Lila Covas. O ISA proporciona a coleta dos alimentos não-comercializados na Ceasa-Campinas e assegura a sua distribuição para mais de 200 entidades sociais cadastradas e milhares de famílias de baixa renda. Mais de 200 mil pessoas já foram beneficiadas em quase dez anos de atividades. ●



Rede Mundial de Computadores: tecnologia à disposição

► A tecnologia da rede mundial de computadores, popularmente conhecida por Internet, disponibiliza informações das mais variadas a partir de cliques. A Internet nada mais é que um conjunto de redes de computadores interligados que têm em comum serviços de comunicação e informação de alcance mundial.

A essência da tecnologia Internet pode – e deve – ser aplicada ao universo das demandas sociais como um modelo de sucesso a ser implementado e multiplicado. Se hoje a Internet envolve milhares de usuários que se beneficiam da tecnologia aplicada, pode-se imaginar feitos mercedores de destaque no enfrentamento dos desafios sociais caso estes fossem encarados por uma rede de agentes sociais. É fácil. Se os equipamentos, recursos e agentes sociais envolvidos em questões como combate à fome, educação de qualidade para todos, habitação, saúde, reinserção social, entre outras, atuassem em rede e obtivessem resultados de sucesso, provavelmente uma comunidade mais ampliada seria beneficiada dos avanços conquistados. A idéia é que ao atuar em rede, conforme o mecanismo da ferramenta Internet, uma complementaridade de serviços esteja ao alcance dos usuários e que o sucesso possa ser compartilhado e multiplicado. A Internet enquanto ferramenta de inclusão social tem sido usada para pro-

moção e desenvolvimento humano e na questão da empregabilidade. Acessar e dominar a tecnologia Internet é fundamental nos dias de hoje. O CDI (Comitê para Democratização da Informática), por exemplo, é uma organização privada com fins não comerciais que promove a inclusão social a partir do uso da tecnologia da informação como instrumento para construção e exercício da cidadania. Outras organizações, inclusive da rede FEAC de filiadas, têm trabalhado para preparar os jovens para o domínio das

novas tecnologias de informação como fator determinante para ingresso no competitivo mercado de trabalho.

O Departamento de Tecnologia da Informação FEAC também tem investido para garantir acessibilidade ao grupo de filiadas. Das 110 entidades filiadas à FEAC, 105 têm acesso à Internet. 53 acessos discados são proporcionados pela FEAC que, ao investir anualmente cerca de R\$9mil, garante a disponibilidade da tecnologia aos usuários das organizações sociais parceiras.



Henriete de Castro

Usuários da Associação Beneficente Direito de Ser: novas tecnologias disponíveis

Em rede, experiências de sucesso

► Nos últimos seis anos, os recursos sociais da região dos Amaraís estiveram tão próximos que há, inclusive, um dia especial para celebrar a parceria. O Abraço Educativo Social da região dos Amaraís tem como objetivo promover integração e valorização das manifestações sociais, culturais e educativas da região dos Amaraís visando o pleno exercício da cidadania. O Abraço Educativo Social da região dos Amaraís reúne diversos recursos sociais da comunidade de modo que uma rede de serviços e atendimento esteja disponível e integrada em benefício do público que

prestigia o evento e dos próprios moradores da localidade.

A ocorrência do Abraço Educativo Social da região dos Amaraís significa a realização de ação concreta e conjunta em benefício da comunidade local.

VIVA

O Programa VIVA – Vida Independente para Viver o Amanhã, reúne 15 entidades sociais da rede FEAC que atuam no segmento de atendimento aos portadores de deficiências. Desenvolvido em parceria com INSS (Instituto Nacional de Serviço Social), CMADENE (Conselho Municipal de Atenção às

Pessoas Portadoras de Deficiência e Necessidades Especiais) – comissão de educação e comissão de trabalho e emprego, Centro de Referência da Pessoa com Deficiência e Núcleo de Promoção da Igualdade/ Sub Delegacia Regional do Trabalho, o VIVA tem como objetivo constituir-se um fórum permanente de reflexão, discussão e encaminhamento de questões sociais, educacionais e políticas, relacionadas à inclusão da pessoa portadora de deficiência e/ou necessidades especiais, na rede de atendimento do município de Campinas. ●



Metas do Milênio proporcionam ação coesa

As Metas do Milênio, aprovadas em setembro de 2000 pela Assembleia Geral da ONU, já vêm sendo cumpridas na prática por várias entidades filiadas à FEAC.

As Metas do Milênio são excelente oportunidade de aglutinação de esforços, nas comunidades locais, visando a formulação e execução conjunta de políticas

públicas nas suas áreas de abrangência. Os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são metas estipuladas pela ONU na Cúpula do Milênio e que devem ser cumpridas até 2015. Os ODMs também podem ser chamados de Oito Jeitos de Mudar o Mundo.

As oito metas a serem atingidas são:

1) Reduzir a fome e a miséria;

2) Educação de qualidade para todos; 3) Igualdade entre os sexos e valorização da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7) Qualidade de vida e respeito ao Meio Ambiente; 8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

CECOIA e Direito de Ser discutem Metas

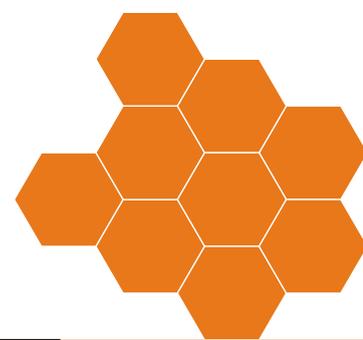
O Centro Comunitário “Irmão André” (CECOIA) e a Associação Beneficente Direito de Ser estão trabalhando as Oito Metas do Milênio como tema de discussão com seus jovens usuários em 2005. O Plano de Ação do CECOIA neste ano tem como princípio o conjunto das Oito Metas do Milênio, também conhecidas como Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em outubro o CECOIA completa 20 anos de atuação no distrito de Sosas e a comemoração também será fundamentada nas Oito Metas do Milênio.

As crianças e os adolescentes usuários da Direito de Ser estão igualmente envolvidos na reflexão sobre as Oito Metas do Milênio. Nas rodas de discussão semanais, os jovens usuários debatem sobre o papel de cada um na sociedade, à luz das Metas do Milênio. “Eles discutem abertamente sobre como podem ajudar a mudar o mundo”, diz a coordenadora da entidade, Tânia de Medeiros Wutzki. ●

Humberto de Castro



Ações de combate à fome e miséria são debatidas na cozinha do CECOIA



Outras ações da Rede FEAC



Meta 1 – Reduzir a fome e a miséria

As ações do Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA) são direcionadas para a segurança alimentar. A FEAC também desenvolve o Programa Nutrição, Saúde e Equilíbrio, visando capacitar as entidades a oferecer alimentos de qualidade aos usuários.

Meta 2 – Educação de qualidade para todos

Os projetos e programas educacionais próprios da FEAC beneficiam a mais de 40 mil crianças e adolescentes por ano. Grande parte das entidades filiadas tem projetos e programas específicos de educação complementar à escola e/ou educação básica. Entidades e a FEAC também estão integradas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que visa afastar os jovens de situações de trabalho infantil e estimular sua presença na escola. A FEAC é ainda parceira do Centro Dom Bosco e mantém um Departamento de Profissionalização. Centenas de jovens já foram profissionalizados e encaminhados ao mercado de trabalho.

Meta 3 – Igualdade entre os sexos e valorização da mulher

Mais de 500 mulheres estão integradas, em 2005, em 25 Grupos de Mulheres, ligadas ao Programa Mulher, Arte e Cidadania. É a continuidade dos Clubes de Mães, primeiro projeto social da FEAC, mantido desde 1967. As mulheres têm a possibilidade de desenvolver seus talentos, geram renda e ainda discu-

tem questões básicas de cidadania. A promoção dos direitos da mulher é um dos objetivos básicos do SOS Ação Mulher & Família, que mantém convênio com a Unicamp e desenvolve várias atividades. O Centro de Promoção da Mulher Marginalizada (Ceprom) também atua na defesa dos direitos.

Meta 4 – Reduzir a mortalidade infantil e Meta 5 – Melhorar a saúde das gestantes

O cumprimento das metas 4 e 5 faz parte do cotidiano da Maternidade de Campinas, instituição com mais de 90 anos e uma das primeiras filiadas à Fundação FEAC. Ambulatório de gestação de alto risco, serviços de ultrassonografia, monitorização cardio fetal e curso para gestantes são alguns dos equipamentos e serviços proporcionados pela Maternidade, instituição que nasceu, no início do século 20, da iniciativa de dois médicos sensibilizados com as más condições em que foi feito o parto de criança filha de mulher de baixa renda.

Meta 6 – Combater a AIDS, malária e outras doenças

São filiadas à FEAC entidades que são referência nacional e internacional em prevenção e atendimento a portadores do vírus HIV/AIDS e de outras DST. Casos do Centro Corsini, fundado em 1987 e que oferece vários serviços, e da Associação de Apoio a Portadores de AIDS Esperança e Vida, que mantém unidades como Casa de Apoio e Centro de Atendimento.

Meta 7 – Sustentabilidade e proteção ao meio ambiente

A Cidade dos Meninos, entidade filiada à FEAC e mantida pela Hope Unlimited, desenvolve há anos um projeto agroambiental em seu espaço. Outras entidades da Rede FEAC praticam atividades na área da sustentabilidade e proteção ambiental, como o Projeto Gente Nova, que em 2003 – Ano Internacional da Água Doce – teve seu plano de trabalho focado na Agenda 21. As discussões no Progen foram importantes para a estruturação de uma cooperativa de reciclagem, a Santo Expedito, na região dos Campos Elíseos e Castelo Branco, em Campinas. A FEAC também apóia desde o início a Cooperativa Aliança de reciclagem.

Meta 8 – Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

Várias iniciativas da Rede FEAC contribuem para a Meta 8 do Milênio, que é a formulação de parcerias visando o desenvolvimento sustentável, na linha da geração de emprego, renda e justiça social. O Programa Educação para o Trabalho, parceria da FEAC com o Serviço Nacional do Comércio (Senac) que beneficia várias entidades, e outros programas em parceria com o SESI, SESC e outras organizações, sempre em benefício de usuários de entidades filiadas, são outras modalidades de ação reforçando o ideal de uma rede global pelo desenvolvimento sustentável em todas as dimensões. ●

Cooperativismo gera renda

Por José Pedro Martins

Fotos Gustavo Magnusson



Caminhão de coleta do Projeto Reciclar

Ainda criança Regina Rosana Almeida veio de São José do Rio Preto com os pais para construir vida nova em Campinas. Hoje, moradora do Jardim São Fernando, divorciada e com três filhos, depois de perder o emprego há quatro anos, ela se prepara para uma função que nunca tinha imaginado, a de secretária da recém-criada Associação das Cooperativas de Coleta e Manuseio de Material Reciclado de Campinas e região (ACOOOP).

“Estou muito feliz, trabalhando aqui no Projeto Reciclar e com a criação da Associação, que vai unir e fortalecer o nosso trabalho. O trabalho em cooperativa é assim mesmo, um ajudando o outro e crescendo”, afirma Regina, resumindo o espírito do cooperativismo. Com suas palavras, ela também está praticamente explicando o expressivo crescimento verificado nos últimos anos do trabalho das cooperativas criadas em Campinas, basicamente na área da coleta seletiva e reciclagem de resíduos. Um elemento fundamental para essa evolução foi a constituição do Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA), em outubro de 2002. O Centro deriva do Projeto de Alternativas Comunitárias (PAC), desenvolvido pela Cáritas de Campinas, instituição vinculada à arquidiocese local. Uma das ações nascidas no PAC foi o Projeto Luxo do Lixo, que viabilizava a cessão de equipamentos como prensa e elevador para grupos interessados em gerar renda e emprego a

partir da reciclagem de resíduos.

“Mas a Cáritas acabou vendo que apenas o equipamento não resolvia, era importante capacitar pessoas, e daí nasceu o CRCA”, explica José Ronaldo Salles Fernandes, formado em Ciências Sociais e que vem atuando como coordenador geral do Centro de Referência, instituição que atua como uma incubadora de cooperativas.

Uma delas é a do Projeto Reciclar, que atua na região do Jardim São Fernando e vem coletando em média 50 toneladas de resíduos por mês. Grandes empresas, como Merck Sharp & Dohme e ABL, estão contribuindo com o Projeto Reciclar. Além de receber os resíduos coletados pelo sistema público de Campinas, o Projeto Reciclar promove então sua própria coleta. O dinheiro equivalente a um prêmio ambiental concedido pela Du Pont foi utilizado na compra de um caminhão, e a Cáritas também ajudou na montagem da estrutura.

Atualmente a cooperativa do Projeto Reciclar reúne 21 trabalhadores, que arrecadam uma renda mensal de cerca de R\$ 400,00. “Lixo não é lixo, para nós é renda”, sintetiza Oseni Maria Olegário de Carvalho, uma das associadas do Projeto Reciclar, moradora do Jardim Paranapanema, próximo ao São Fernando.

Da incubação à Associação regional - “A intenção é que as cooperativas adquiram autonomia, caminhem pelas suas

e cultura da solidariedade

próprias pernas, após a fase de incubação”, observa a assistente social Tânia Mara Moumeso, responsável pela área de comunicação e eventos do CRCA.

O CRCA naturalmente é um dos estimuladores da articulação de uma associação regional das cooperativas. A ACOOP nasceu com 13 cooperativas filiadas, a sua maioria em coleta seletiva e reciclagem, mas também nas áreas de confecção, alimentação e jardinagem.

A maioria das cooperativas associadas passou pelas três incubadoras existentes hoje em Campinas, o próprio CRCA, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas da Unicamp e a EDH – Ecologia e Desenvolvimento Humano.

O caminho até a formação de uma Associação regional foi lógico, a exemplo do que ocorre em outras partes do Brasil, onde o cooperativismo e outras modalidades da economia solidária crescem exponencialmente, à medida em que os índices de desemprego não se reduzem como se pretendia.

A Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho vem apoiando as iniciativas do setor, e atualmente está promovendo amplo diagnóstico que resultará em um retrato real do cooperativismo e outras formas de economia solidária em curso no país.

O secretário Paul Singer já participou de seminários em Campinas e outras cidades. O CRCA vem promovendo, em parceria com a PUC-Campinas, um Ciclo de Debates sobre a Economia Solidária, como forma de troca de experiências e fomento ao tema essencial para a realidade e a conjuntura

brasileira.

“Além de gerar renda e emprego, o cooperativismo é muito importante para a construção de uma cultura de solidariedade, como resposta ao individualismo”, destaca Tânia Moumeso. É assim, pelas mãos de pessoas humildes, moradoras em bairros de muitas carências sociais, e com apoio técnico de instituições e profissionais de múltiplas áreas, que está sendo tecida uma rede sólida, produtora de renda, emprego e esperança. A esperança em uma nova sociedade, mais justa, solidária e efetivamente inclusiva.



Espaço resgatado pela comunidade transforma-se em cooperativa, a Santo Expedito

Ação coletiva transforma espaço público

Com nove filhos e vários netos, Severina Lima da Silva é uma das mais ativas integrantes da Cooperativa de Reciclagem Santo Expedito, que atua na região dos Campos Elíseos e Castelo Branco, em Campinas. “É muito bom trabalhar aqui, filho. Meus filhos não queriam no começo, mas hoje estão me apoiando porque estou muito melhor”, diz a cooperada, natural do Rio Grande do Norte.

A Cooperativa Santo Expedito é incubada pela EDH – Ecologia e Desenvolvimento Humano, uma organização não-governamental que se tornou importante referência em cooperativismo em Campinas e região. Ela deu o apoio inicial à Cooperativa Aliança, nascida na Paróquia Nossa Senhora das Dores, no bairro Cambuí. “Estamos contentes com o nascimento de outras cooperativas, que estão seguindo um bom caminho” diz Cheda Name Saad, um dos fundadores da EDH. Na realidade a Cooperativa Santo Expedito é fruto de uma mobilização antiga, dos moradores da região dos Campos Elíseos e Castelo Branco, e que teve importante impulso das discussões nascidas no Projeto Gente Nova (Progen), entidade filiada à FEAC.

“Procuramos várias alternativas de geração de renda, e a Santo Expedito é resultado de muitas discussões”, relata Adriana Cristina Leite Silva, uma das cooperadas e integrante da sua

direção. A cooperativa recebe muito apoio da comunidade local, e foi instalada em área pública que estava sub-utilizada.

“Foi muito significativo como a comunidade transformou essa área, que tem hoje um uso social importante”, diz Izabel Cristina de Almeida, coordenadora do Progen. Em 2001 o Progen utilizou os conceitos da Agenda 21 em seu plano de trabalho anual, e as discussões com os pais dos jovens usuários sobre a questão da qualidade de vida, da proteção do meio ambiente e da geração de renda contribuíram para alimentar a iniciativa que resultou na Cooperativa Santo Expedito. Antônio Carlos Baltazar é um dos principais líderes.

A Cooperativa também faz sua própria coleta, e com a utilização de caminhão doado pela Bosch a expectativa é de ampliação do volume encaminhado para reciclagem. Um conjunto de 18 pessoas está integrado na Santo Expedito, que se tornou referência na comunidade local – uma das recentes procissões, com ampla participação dos moradores na paróquia de Nossa Senhora do Guadalupe, saiu do espaço da cooperativa. “Nossa região ficou muito melhor depois da criação da Santo Expedito, e vai melhorar ainda mais”, resume Adriana Silva, reiterando um dos sentimentos diretamente vinculados ao espírito do cooperativismo – o sentimento da esperança. ●

O desafio das

Criar novos paradigmas culturais, estimular a Educação como mola propulsora da cidadania e buscar pontos de contato e interesses comuns visando ações compartilhadas. Estes são alguns dos desafios, em uma cidade de porte metropolitano como Campinas, para a construção de redes voltadas para a real transformação e inclusão social e o desenvolvimento sustentável. A conclusão é da MESA REDONDA promovida pela REVISTA FEAC, para discutir o tema REDES SOCIAIS.

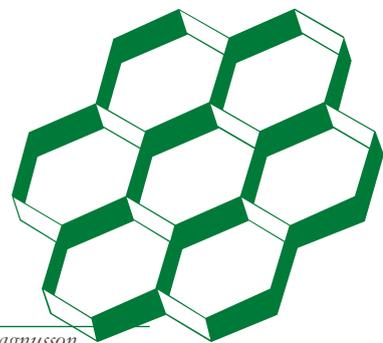
Participaram o presidente da diretoria executiva da FEAC, Edmir Bertolaccini; o superintendente-executivo, Arnaldo Rezende; a gestora do Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional, Maria Bernadete Gonçalves de Souza; a gestora do Departamento de Gestão de Programas com Voluntários, Márcia Beatriz Leal Osório; os jornalistas

Taufic, gestora do Departamento de Comunicação, e José Pedro Martins, consultor de comunicação da FEAC. Como convidados especiais a coordenadora do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia, Maria Aparecida Siqueira Diniz, e o jornalista e escritor argentino Miguel Grinberg. Desde a década de 1980 Grinberg atua na formação de redes, na Argentina e outros países, e por seu trabalho recebeu da ONU o Prêmio Global 500, no mesmo ano em que o ecologista brasileiro Chico Mendes. É autor de vários livros, muitos deles tratando de temas de educação e trabalho em rede, como “A Geração da Paz” (1985), “Introdução à Ecologia Social” (1992) e “Ecologia Cotidiana” (1994). Organizador de livros sobre nomes como Gandhi, Martin Luther King, Dalai Lama e o sociólogo francês Edgar Morin, um dos maiores pensadores atuais sobre as novas redes sociais.



Márcia Beatriz Leal Osório, Arnaldo Rezende, Maria Aparecida Diniz, Edmir Bertolaccini e Maria Bernadete de Souza

redes sociais



Fotos Gustavo Magnusson



Miguel Grinberg e os jornalistas José Pedro Martins e Vanessa Taufic



Edmir Bertolaccini – Para cuidar de mais de 100 entidades sociais, que é o universo das entidades filiadas à FEAC, nós precisamos de mecanismos e de ferramentas novas. Entendemos que o conceito de rede, o entrelaçamento das atividades das entidades conosco e com a comunidade, é a única forma que se vislumbra para dar um passo na qualidade de atendimento dos usuários da ação social de Campinas. Então é um tema muito interessante para nós, é um tema que trabalhamos há muito tempo. Muitas entidades estão envolvidas de corpo e alma nele. Então entendemos que essa MESA REDONDA será extremamente útil para a motivação a outras entidades sobre o trabalho em rede.

Maria Aparecida Siqueira Diniz, a Cidinha – A parceria, que está na essência da rede, sempre fez parte dos princípios do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia. A entidade nasceu de uma parceria entre o governo do Estado, a Fundação FEAC e a comunidade. E nesses 20 anos a

comunidade vem participando ativamente do Centro Comunitário, que participa então das pequenas redes locais de solidariedade. A necessidade que as entidades têm no dia a dia do seu trabalho nos leva às pequenas redes, nos

“Entendemos que o conceito de rede é a única forma que se vislumbra para dar um passo na qualidade de atendimento dos usuários da ação social de Campinas”

leva a nos relacionarmos com o entorno das entidades. Entendo que esse é o começo para a formação de redes maiores, somando recursos sociais como a entidade social, o centro de saúde, as escolas, as igrejas e outros recursos de

uma determinada região. Algumas iniciativas já existem nesse sentido, mas entendo que o nosso desafio é sistematizar a prática. Com as nossas necessidades do dia a dia nós acabamos não fazendo, mas é preciso sistematizar.

Arnaldo Rezende – O tema rede ainda é um desafio enorme. Temos situações pontuais, ainda não vejo a rede como uma situação cultural, estabelecida. Ainda vejo grande dificuldade de, na prática, estabelecermos o conceito de rede, que ainda é um conceito mal interpretado ou dúbio em determinadas situações. Mas tenho como crença, até me provarem o contrário, que é uma tendência e uma forma de otimização das atividades das organizações, como uma ferramenta a ser usada. Então é importante para nós, como fundação de apoio a outras organizações, entendermos bastante desse assunto e fomentarmos o máximo possível em nossa rede de associados.

Márcia Beatriz – Conceitualmente a área social tem avanços, ela é prática e depois foi estabelecendo conceitos. Na questão da rede é o inverso. A gente discute muito no escritório a questão conceitual, a questão do propósito da rede, a sua necessidade, agora a prática é muito difícil. E é difícil porque exige uma abertura de conceitos das pessoas enquanto sua constituição e execução. E isso é muito difícil no ser humano.

Miguel Grinberg – Minha experiência com a formação de redes está ligada ao conceito muito típico dos ambientalistas de que é preciso pensar globalmente e agir localmente. Participando de uma entidade ligada à ONU e situada no continente africano, em Nairobi, no Quênia, tive a oportunidade de participar da articulação de uma grande rede internacional que resultou no Fórum Global, realizado de forma paralela à Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, em junho de 1992, no Rio de Janeiro. De forma paralela à Conferência oficial, que

reuniu mais de 100 chefes de Estado e de governo, no Riocentro, o Fórum Global reuniu milhares de ativistas do mundo inteiro, de centenas de organizações não-governamentais. Foi um momento muito importante, marcando o protagonismo das ONGs em escala internacional. Dali para diante as ONGs são cada vez mais atuantes e importantes para formular as agendas de governos e organizações internacionais. Em uma década, portanto, construímos um movimento internacional.

Mas como é preciso pensar globalmente e agir localmente, todo esse processo, que durou cerca de dez anos, até a Eco-92, começou com a minha participação, com outras pessoas, no lançamento em 1980, em Buenos Aires, em plena ditadura militar na Argentina, de uma revista de

Vanguarda, a Mutantia, que entendíamos como um território de mudanças. Logo no segundo número os leitores começaram a pedir a realização

“Minha experiência com a formação de redes está ligada ao conceito dos ambientalistas de que é preciso pensar globalmente e agir localmente”

de reuniões, de conferências, para discutir o que a revista estava publicando. Nos aproveitamos do fato de que os teatros em Buenos Aires

tradicionalmente fecham na segunda-feira, e usamos alguns desses espaços para a realização das reuniões. Batizamos essas atividades de Multiversidade, ao contrário do conceito de Universidade, que tradicionalmente é um local de reprodução das relações sociais, e não de transformação. As coisas diferentes e novas são feitas fora da Universidade, embora hoje existam Universidades – não digo com idéias alternativas – mas que são transformadoras.

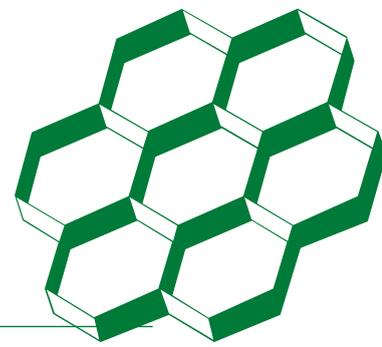
Pessoas que participavam desses encontros passaram a ter suas próprias iniciativas, e aí começaram as redes. Uma pessoa simples, que trabalhava como encanador, no começo dos encontros era monossilábico, ficava quase calado. Ele gravava as discussões e, em casa,

O banco da sua vida.

www.bancoreal.com.br



BANCO REAL
ABN AMRO



procurava em um dicionário o significado das palavras que não entendia. Ele foi formando suas conexões e cresceu muito. Era um autodidata, e depois mudou para os Estados Unidos, onde se tornou coordenador da coleta seletiva de lixo pela Prefeitura de Nova York.

Enfim, várias ações nasceram da Mutantia e da Multiversidade. E tudo à base de uma pedagogia ecológica. As nossas aulas, ministradas por voluntários de várias áreas, não eram tradicionais. Tínhamos de 15 a 20 alunos por aula, e entre eles escolhiam seus próprios parceiros. No meu caso, eu distribuía informes da ONU e pedia para essas duplas prepararem suas próprias aulas. Como eles explicariam o que leram para os alunos? Como eles explicariam a

questão da camada de ozônio? Era algo motivador e eles tinham que pesquisar e encontrar formas de se expressar, o que era enriquecedor.

“Esse trabalho de formação das pequenas redes deve começar primeiro na comunidade, depois na região e só depois no município”

Vários projetos nasceram dessa discussão, como de um farmacêutico que passou a trabalhar com plantas medicinais. Um dos participantes depois

fundaria o Centro de Tecnologias Apropriadas, que teve papel importante para a sociedade civil na Argentina.

Foi assim que, durante a ditadura, quando era difícil a comunicação entre as pessoas e os grupos, foi crescendo uma rede na base da sociedade. Um dos aprendizados é que os projetos exitosos são estimuladores, ajudam outras pessoas a também viabilizar suas alternativas. Hoje a ONU mantém um guia de boas práticas, e esse é um ingrediente importante quando se pensa na formação de redes. As boas idéias têm um poder de contágio muito forte.

Arnaldo Rezende - Um desafio é fazer com que as boas iniciativas, geralmente pessoais, sejam levadas à ação em rede entre pessoas jurídicas, o que é mais difícil. Outro desafio é buscar



Responsabilidade Social
Criar produtos e tecnologias que tornem a vida das pessoas cada vez melhor.
Contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde atua, tendo como principais valores: a ética, a integridade e o respeito às pessoas.
Como empresa cidadã, este é o compromisso da Motorola.



MOTOROLA

compartilhar o que as pessoas jurídicas têm. Geralmente quando sentam é para compartilhar o que não têm.

Cidinha – Falta uma pedagogia solidária. E falta ouvir os movimentos sociais. O grande desafio hoje para a entidade é ouvir a sua comunidade, sobre as suas necessidades. A entidade por si só não dá conta de todas as necessidades e nossos beneficiados precisam. É importante então o papel dos movimentos sociais, no sentido de instigar as entidades, buscando a formulação coletiva das políticas públicas. Assim como é preciso ouvir a família. Todo o nosso trabalho é focado na família. Então estamos em um processo de construção. Tem entidades que têm maior facilidade e outras maior dificuldade com o trabalho em rede. Esse trabalho de formação das pequenas redes deve começar primeiro na comunidade, depois na região e só depois no município, entendendo que essas são as etapas que devem ser seguidas

Miguel Grinberg – É importante separar o que é a demanda conjuntural, a necessidade do momento, do que é mais estrutural, relacionado a uma visão de futuro. É importante não misturar as prioridades. Apenas fazer uma coleção de denúncias não é algo mais transformador, as pessoas querem soluções, querem boas idéias sobre o que fazer. E em torno das boas idéias as pessoas podem colocar os seus talentos, as suas potencialidades. Aí começam as redes sociais.

Entendo que podem ser muito úteis os conceitos trabalhados há algum tempo por Antônio Elizalde Hevia, sociólogo, reitor da Universidade Bolivariana, no Chile. Ele lembra das quatro grandes categorias existenciais para o ser humano, que são o ser, o ter, o fazer e o estar. Na nossa sociedade valoriza-se muito o fazer, o estar e sobretudo o ter, mas não o ser. Ele entende então que a Universidade e outras organizações devem se empenhar por um outro desenvolvimento, com quatro objetivos

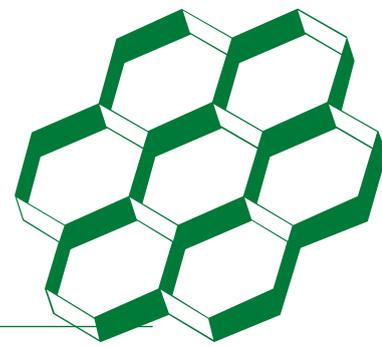


Edmir Bertolaccini, presidente da Diretoria Executiva FEAC

principais: (1) Satisfação das necessidades humanas fundamentais e a erradicação da pobreza, (2) A autonomia dos espaços locais, regionais e nacionais, (3) A transformação das estruturas políticas, econômicas e sociais, e (4) Criação de uma nova ordem econômica internacional. Para se alcançar esses objetivos são necessárias algumas idéias, como a geração de relações de informação e de comunicação não

hierarquizadas, e sim horizontais e simétricas, como são as relações próprias de uma rede. Outra questão fundamental é a crença de que os seres humanos requerem utopias, esperanças e sonhos para se sentirem vivos.

Mas isso tudo requer mudanças profundas em formas de agir, individual e coletivamente, em oito planos principais segundo Elizalde: (1) Na mente, despertar a sabedoria; (2) Nas



emoções, despertar o amor, a compaixão, a alegria e a equanimidade; (3) No corpo, despertar a saúde; (4) Na cultura, desenvolver conceitos não-dualistas, integrar a beleza, a verdade e a economia entendida como simplicidade; (5) Na ciência, desenvolver o interdisciplinar e o transdisciplinar; (6) Na sociedade, desenvolver a cooperação; (7) Na economia, introduzir a idéia de equidade essencial e procurar um conforto básico para todos; (8) Na relação com a natureza, introduzir o respeito pela vida como matriz fundamental.

Todos esses valores foram desenvolvidos na prática, a partir de uma experiência social muito importante no Chile. Foi a rede El Canelo, nome de uma árvore típica do Chile e Argentina. El Canelo é um centro de educação popular, que

começou fazendo um trabalho de agroecologia no Chile, em 1985. Era uma pequena área onde as pessoas plantavam agricultura orgânica, tinham um sistema

“Na nossa sociedade valoriza-se muito o fazer, o estar e sobretudo o ter, mas não o ser”

de reciclagem de resíduos, de reuso de água. E se transformou em uma grande rede de iniciativas e programas com diferentes temáticas e estratégias. Foi

algo semelhante à Mutantia, na Argentina, e que também deu origem a várias redes.

Arnaldo Rezende – Outra dificuldade é que a ação social no Brasil é muito fragmentada, muito craqueada. A educação tem uma política, a saúde tem uma política, e os políticos profissionais ainda ficam lutando pelos ministérios. Cada um fica com um partido político e a dificuldade de aglutinar esforços é muito grande. Assim, em uma determinada região nós temos uma escola aqui, ao lado um grande vazio e só depois está o posto de saúde ou o ginásio de esportes. Tudo poderia fazer parte de um complexo, facilitando por exemplo a saúde preventiva, que é muito mais eficiente.

Miguel Grinberg – A questão partidária

Todos merecem a oportunidade de ter um belo sorriso



ANS - nº 350494



A Uniodonto, ciente da sua responsabilidade social e comprometida com a população campineira, sempre se preocupou em conscientizá-la da importância da prevenção e da educação em saúde bucal, realizando, sem qualquer ônus, campanhas em centenas de entidades públicas e particulares.

Desde 2002, o seu projeto "SORRISO FELIZ" presta atendimento voluntário a crianças carentes amparadas por instituições filantrópicas coordenadas pela FEAC.

Algumas empresas contratantes da Uniodonto a têm como parceira em seus projetos "FORMARE", através da prestação aos jovens amparados, de tratamento gratuito em todas as especialidades odontológicas.

0800 165555
www.uniodontocamp.com.br

UNIODONTO
CAMPINAS

é muito delicada. Em 2001 tivemos na Argentina o panelaço, quando a população foi às ruas e derrubou o presidente Fernando de La Rúa. Apareceram associações de bairro por todo lado, como um forte movimento comunitário de base. Mas logo essas organizações foram invadidas pelos partidos políticos, e o que aconteceu é que a população voltou para casa, foi assistir televisão, enquanto os políticos ficaram falando sozinhos. Os partidos encaram os movimentos de base, as organizações não-governamentais, como competidores indesejáveis, e o que é necessário é aglutinar pessoas, grupos e talentos em torno das redes sociais.

Nesse sentido é importante buscar novos parceiros. As associações profissionais, de engenheiros, de advogados, ou de psicólogos, geralmente não são convocadas para formar uma rede social, para a discussão de temas importantes para uma comunidade. É preciso chamá-las para se integrar.

Outra coisa é superar a disputa de egos, superar o individualismo e a competitividade. No mundo ocidental existe muita intolerância, ou a outra pessoa é como eu ou é minha inimiga. Precisamos superar essa postura que é cultural. No passado, por questões culturais, o ser humano praticava o canibalismo, e depois o incesto. Essas práticas culturais foram superadas. O grande desafio hoje é superar o homicídio, a morte de alguém que não pensa como eu. E para isso é fundamental a construção da solidariedade, que não se aprende na Universidade e nem está presente nas estruturas partidárias. A única solidariedade que o político conhece é quando ele pede para votar nele. O conceito da solidariedade precede, então, a formação das redes sociais.

Arnaldo Rezende – Se nós tivéssemos a habilidade de desenhar um modelo aberto, bem aberto, com um regimento que servisse de base para uma conversa. E aí haveria a adequação conforme a

demanda, a necessidade da comunidade. Não seria um manual, seria uma ferramenta, talvez uma mistura de um pequeno manual com um guia de boas práticas, que é o que motiva. Puxa, lá na África fizeram, lá no Chile fizeram, lá no Rio Grande do Sul fizeram e deu certo. E aí começa mais ou menos estruturando isso.

Miguel Grinberg – Voltamos à questão das propostas, das boas idéias. Todo mundo sabe contra o que está. Mas é difícil fazer proposta. A pergunta subversiva que deve ser feita no Fórum Social Mundial, por exemplo, ou em qualquer outro fórum é: o que você gostaria de colocar no lugar do que não funciona? Acho que aí é que as pessoas páram para pensar e agir, apenas com a

“A democracia participativa significa dar o poder às pessoas de fazer, de construir algo novo. A rede social concreta vai nesse sentido”

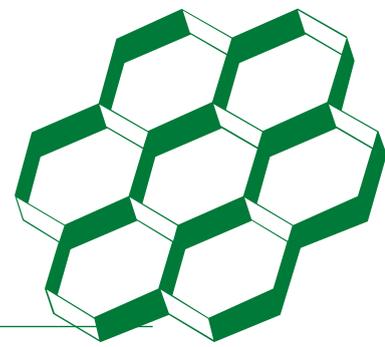
denúncia não é mais suficiente.

A primeira pergunta é: as coisas que não funcionam, não funcionam por quê? E a segunda é: o que eu gostaria de colocar aí? E aí aparece o espírito submerso da criatividade popular, que não tem oportunidade de se manifestar. Está ligado a isso um conceito muito falado mas pouco praticado que é o conceito da democracia participativa, e não apenas representativa como existe hoje, em que se vota em alguém para nos representar. Podemos lembrar o exemplo que tivemos na Argentina, onde, no meio da ditadura, com toda a paranóia reinante, usamos o lema: aqui tem poder à disposição. Você quer ensinar tai-chi-chuan?, pode ensinar. Você quer ensinar epistemologia?, pode ensinar. É o poder de

fazer, não de mandar. A democracia participativa significa dar o poder às pessoas de fazer, de construir algo novo. A rede social concreta vai nesse sentido. É dar poder para o talento individual e popular se manifestar.

José Pedro – Márcia, você que trabalha com voluntariado, com gestão de talentos, como vê essa questão, da busca e estímulo aos talentos visando as redes sociais?

Márcia Beatriz – Temos uma origem de país diferente. A Argentina também passou por um processo de ditadura, como o Brasil, mas temos origens diferentes. Vocês lidam com o processo de democracia, de apropriar-se da questão comunitária, de uma forma mais vivencial, mais compreendida do que a gente. A gente luta quando tem necessidade. Nós ainda não temos, culturalmente, a questão da cidadania, do processo democrático incorporado. Não temos, enquanto brasileiros. A Argentina, em seu histórico de país, construiu isso de uma forma mais apropriada do que a gente. Então considerando isso e respondendo ao José Pedro a respeito da questão da busca dos talentos, eu entendo que existem sim muitos talentos. Mas quando a gente chama as pessoas para um processo de pedagogia voluntária, a gente estaria chamando os formadores de opinião, como a FEAC, a Prefeitura, as Universidades, para montar uma rede conceitual sobre a proposta de comungar a solidariedade, do apoiar-se, do expor as necessidades e ter um projeto comum. Mas nós não temos na prática quem exercite e quem trabalhe com o projeto com um. Com isso algumas ações legítimas, por parte dos movimentos sociais e de entidades como o Centro Comunitário do Santa Lúcia, acabam sendo vistas como algo subversivo ou partidário. Isso é decorrência da visão da democracia como algo apenas partidário. Precisamos então buscar pactuar um projeto comum, nós também precisamos de uma multiversidade, chamarmos os



parceiros para conversar sobre rede, estabelecermos esse projeto comum. Porque a organização social tem que sobreviver economicamente, e a sua sobrevivência financeira é muito multifacetada, depende de vários agentes financeiros, é muito cortada. E a organização fica a mercê, muitas vezes, do agente financeiro que está subsidiando mais. Aí ela cumpre o papel da missão de quem subsidia e não o papel que a comunidade está solicitando, a sua missão de origem, e aí ela desvirtua o seu papel, e aí o talento, Zé, muitas vezes se perde porque o que prevalece é a subsistência. A gente vai no ter, e não no ser ou estar. Começamos pelo ter ao invés do ser. Com isso a gente se perde, não temos um processo, não temos um manual que também é de vivência, de crença, de opção de visão de homem e de mundo. Você querendo ou não querendo está distribuindo o poder, está ganhando e distribuindo poder. O que eu proponho colocar no lugar é dar uma chamada, em uma metrópole como Campinas, é também subsidiar de conceitos a quem subsidia financeiramente uma organização social. Porque senão cada um tem o seu conceito e aí de novo a gente quebra a organização, fica difícil estabelecer um projeto comum. A gente fragmenta economicamente, a gente fragmenta conceitualmente. Enfim, despertar talentos depende do projeto comum que tenhamos.

José Pedro – Tudo isso, obviamente, depende de mais educação. Bernadete, como você vê essa questão da educação como fundamental para a formação e bom funcionamento das redes?

Maria Bernadete – Nós não conseguimos ainda dar o passo de mudança. Nós não estimulamos ainda a fábrica de idéias. Precisamos estimular idéias inovadoras, não estamos fazendo isso. Então também estamos nesse papel complementar. As entidades reclamam da falta de recursos, e nós complementamos e não estimulamos a saída desse processo. Não estamos empoderando



Miguel Grinberg Prêmio Global 500 da ONU

mesmo aqueles que conseguem ter idéias novas, criadoras, para poder sair desse impasse. Não quero dizer que não exista, mas é um movimento ainda muito tímido, de empoderar quem tem novas idéias.

Cidinha – As pessoas ainda têm muito medo. A sociedade ainda tem muito medo dos conselhos municipais, dos movimentos reivindicatórios, e acha que é sempre algo partidário. Com toda a dificuldade que todos passam hoje, a gente que trabalha na comunidade tem que competir com uma rede muito organizada que é o narcotráfico, o crime organizado. Esse é até um motivador de

criatividade, que faz com que as pessoas se organizem mais e passem a ocupar os espaços que lhes são de direito.

José Pedro – O narcotráfico soube gerenciar talentos e as carências existentes.

Márcia Beatriz – O crime organizado soube construir um projeto comum.

Maria Bernadete – E so ub eram estimular a criatividade também, eles são extremamente criativos. Nunca repetem o mesmoesquema.

Edmir Bertolaccini – Eu vejo somente duas formas de mudar o comportamento social. Uma é através de um líder, um líder forte. Outra é através do exemplo.

Pegamos o exemplo do Centro Comunitário do Santa Lúcia, que é um processo muito bem encaminhado. A promoção desse exemplo faz otimizar os pontos positivos que conseguiram até agora. Outra entidade verá que não depende apenas de recursos para um importante trabalho social. Essa é a forma que eu vejo que poderíamos conseguir que outras entidades sigam um outro caminho diferente do de hoje, através de um bom exemplo.

Maria Bernadete – Gostaria de acrescentar uma questão a sua fala. Como surgiu o movimento do Santa Lúcia? Surgiu com o empoderamento, o estímulo às lideranças da comunidade. Esta grande coragem a FEAC teve na época, de estimular as lideranças, na época pessoas com grandes potencialidades. Isso que deu origem a esse processo todo. E quando eu me perguntava de educação, aí está a raiz da questão. Hoje é que falamos de protagonismo juvenil, empreendedorismo. A nossa educação foi no início algo extremamente castrador, apenas hoje se fala de protagonismo juvenil, de empreendedorismo, de desenvolvimento humano integral, de cidadania. Nunca se falou nisso em nossa história educacional. Mas hoje temos um novo olhar para a educação e o seu papel, e essa nova postura pode ajudar muito na construção de redes de cidadania.

José Pedro – Vanessa, a FEAC já vem produzindo, através do Departamento de Comunicação, a Série Tecnologia Social, que justamente busca mostrar a metodologia, os motivos pelos quais alguns projetos e programas da história da FEAC deram certo, como o caso do ISA (Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação) e os Grupos de Mulheres. Esse produto vai na direção das boas práticas comentadas aqui?

Vanessa Taufic – O produto já existe. O desafio agora é fazer com que estas publicações de fato contribuam para a multiplicação dos bons exemplos. Não se trata de reinventar a roda. Apenas de



Cidinha, do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia: “aprender com a diversidade”

divulgar ações sociais que sirvam de modelo, que devem ser adaptados à realidade e à cultura local. Os bancos de idéias devem ser estimulados, muitas vezes a gente se encontra em um estado de preguiça mental, de não registrar, não criar, não dar abertura a um contexto comunicativo de inventar. Esse é um desafio.

José Pedro – O que fica para vocês como grande desafio, dessa nossa conversa sobre as Redes Sociais?

Edmir Bertolaccini – Para mim é exatamente melhorar a divulgação do que deu certo, para servir como exemplo, e buscar novos parceiros para a ação social. Isso será um grande benefício para Campinas e é parte de nossa missão.

Arnaldo Rezende – Institucionalmente, tive uma experiência tempo atrás em Moçambique, e nem se compara a degradação dos países africanos com a nossa situação. Mas a rede lá está funcionando, mais do que aqui. Os exemplos não são muitas vezes padrão, talvez a própria carência, a necessidade social lá estimularam as redes. Mas de qualquer modo entendo que para nós é importante termos contatos com outras

culturas, como o Miguel acentuou, vermos um pouco mais o globo e agir localmente.

Cidinha – Entendo que devemos aprender com a diversidade e buscar viabilizar as coisas simples nas comunidades, acreditando que elas podem contribuir para a formação de uma rede maior.

Maria Bernadete – Devemos pensar muito sobre o conceito de rede, que está muito em moda. Hoje tudo é rede e ao mesmo tempo nada é rede. Para alguns a rede é colocar todos em linha, dando-se continuidade à ação do outro.

Vanessa Taufic – Os bancos de idéias devem ser estimulados, muitas vezes a gente se encontra em um estado de preguiça mental, de não registrar, não criar, não dar abertura a um contexto comunicativo de inventar. Esse é um desafio.

Miguel Grinberg – Hoje não basta mais dizer não. Acredito muito no poder revolucionário do sim, da ação afirmativa. Hoje a humanidade está buscando o sim, o sim no cotidiano, as propostas concretas e motivadoras, assim nascem as redes. ●

Respeito e transparência. Esses são os valores que iluminam a CPFL.

A CPFL Energia tem o compromisso de estabelecer relações de confiança que permitam o desenvolvimento ordenado e sustentado a longo prazo. Uma empresa alinhada às tendências nacionais, internacionais e às diretrizes estabelecidas pelo Novo Mercado Bovespa e pela New York Stock Exchange - NYSE. E que, por isso, teve uma rápida evolução na implementação de práticas avançadas de governança corporativa, tais como:

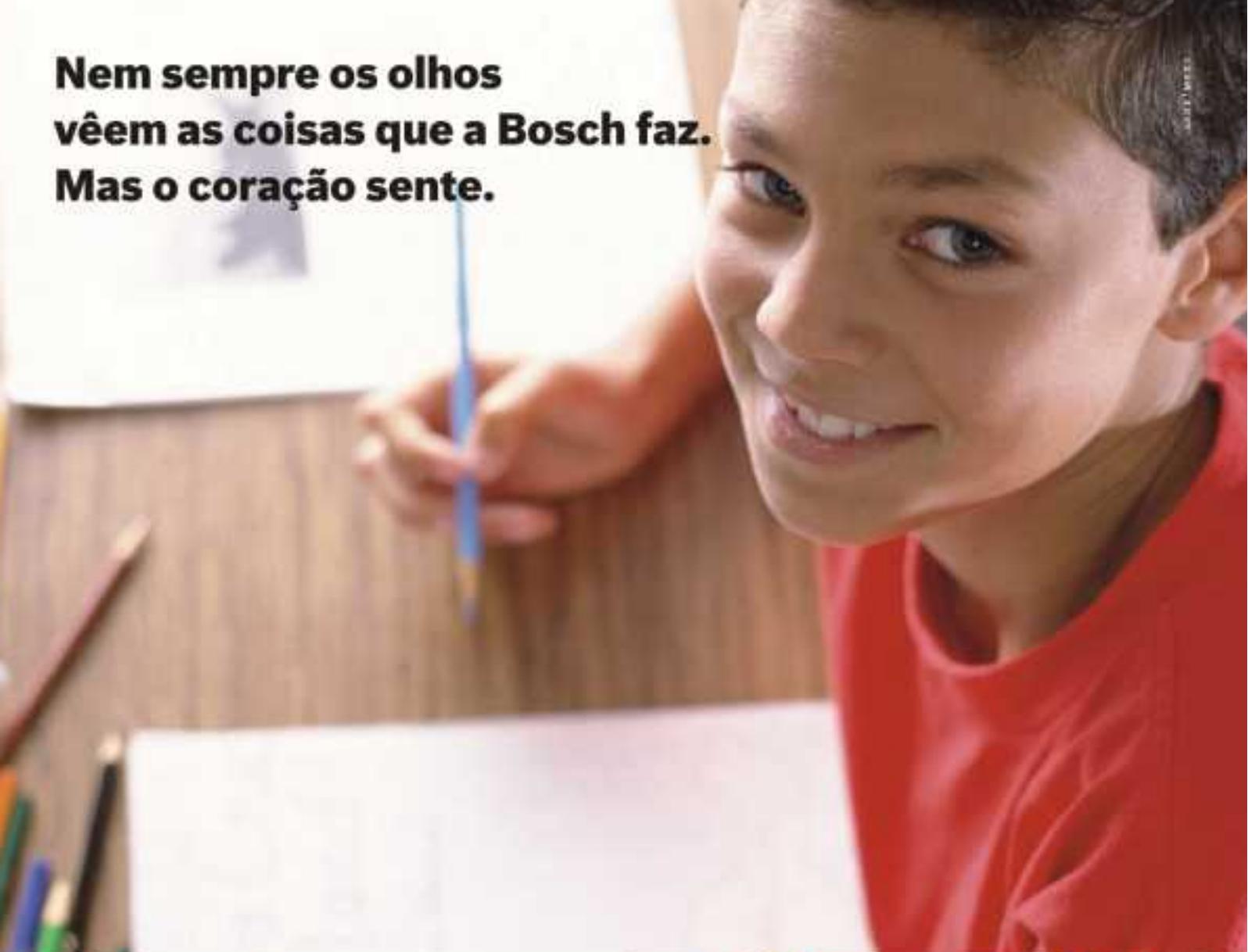
- Auto-avaliação do Conselho de Administração.
- Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.
- Auditoria vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria.
- Relatório anual segundo Global Reporting Initiative (GRI).
- Adequação dos controles internos ao Sarbanes-Oxley Act.

Com esses e outros avanços, a CPFL Energia se tornou referência nacional no setor em que atua. Ela cresce e dá força para o Brasil crescer junto.



Força para você
crescer

**Nem sempre os olhos
vêm as coisas que a Bosch faz.
Mas o coração sente.**



Quando você pensa em Bosch, o que vem à cabeça? Qualidade, inovação e muita tecnologia. Mas a Bosch tem um lado que muita gente ainda não conhece: a vocação e o comprometimento com a responsabilidade social. Há 50 anos no Brasil a Bosch vem desenvolvendo seu papel de empresa cidadã mediante o estímulo à educação, o incentivo à cultura e a preservação do meio ambiente. Bem-vindo aos 50 anos de responsabilidade Bosch no Brasil. 50 anos tornando nossa vida melhor. www.bosch.com.br



BOSCH
Tecnologia para a vida